

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICINA NO TRABALHO**Parte I****CLÁUSULAS JURÍDICAS**

CLÁUSULA 1. ^a	Objeto	3
CLÁUSULA 2. ^a	Preço base	3
CLÁUSULA 3. ^a	Contrato	3
CLÁUSULA 4. ^a	Prazo.....	4
CLÁUSULA 5. ^a	Obrigações principais do adjudicatário	4
CLÁUSULA 6. ^a	Conformidade e garantia técnica	4
CLÁUSULA 7. ^a	Objeto do dever de sigilo	4
CLÁUSULA 8. ^a	Prazo do dever de sigilo	4
CLÁUSULA 9. ^a	Locais da prestação do serviço	5
CLÁUSULA 10. ^a	Proteção de dados pessoais	5
CLÁUSULA 11. ^a	Preço contratual.....	5
CLÁUSULA 12. ^a	Revisão de preços	6
CLÁUSULA 13. ^a	Condições de pagamento	6
CLÁUSULA 14. ^a	Penalidades contratuais	6
CLÁUSULA 15. ^a	Força maior.....	7
CLÁUSULA 16. ^a	Resolução por parte do contraente público	7
CLÁUSULA 17. ^a	Resolução por parte do cocontratante.....	8
CLÁUSULA 18. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual	8
CLÁUSULA 19. ^a	Comunicações e notificações	9
CLÁUSULA 20. ^a	Regras ambientais e S.S.T.....	9
CLÁUSULA 21. ^a	Contagem dos prazos.....	9
CLÁUSULA 22. ^a	Foro competente.....	9
CLÁUSULA 23. ^a	Foro competente.....	9

PARTE II**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

CLÁUSULA 24. ^a	Condições para a prestação de serviço.....	10
---------------------------	--	----

Parte I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM – SA (doravante abreviadamente designada por INOVA-EM), que tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICINA NO TRABALHO de acordo com as especificações técnicas constantes na parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Designação dos serviços, código CPV: 85147000-1, Serviços de medicina no trabalho.

CLÁUSULA 2.ª

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de € 29.700.00, com a inclusão das duas renovações possíveis.
2. O valor referido encontra-se isento de IVA nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

CLÁUSULA 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus respetivos anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e

demais alterações, adiante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª**Prazo**

1. O contrato terá um prazo máximo de três anos, em períodos consecutivos de um ano cada.
2. A renovação do segundo ou terceiro período é automática, salvo se for comunicada por qualquer dos contratantes à outra parte, por escrito, a intenção de não renovação, no prazo de **sessenta dias** antes do fim do primeiro ou segundo período, respetivamente.
3. A cessação do contrato no fim do seu prazo ou de qualquer das suas renovações, não acarreta a cessação das obrigações acessórias que devam perdurar para além destes, nos termos da lei ou do próprio contrato.

CLÁUSULA 5.ª**Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações principais de prestação de serviços externos de medicina no trabalho e enfermagem, melhor identificados nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.ª**Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao adjudicatário em execução do contrato, às exigências, requisitos e obrigações que específico decorram da lei, ou de entidades que tutelem e/ou regulem o setor de atividade.

CLÁUSULA 7.ª**Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, e à demais nos termos de legislação geral e especial neste âmbito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 8.ª**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 9.ª**Locais da prestação do serviço**

1. Os serviços objeto de adjudicação serão prestados no concelho de Cantanhede.
2. As consultas e respetivos exames clínicos serão efetuadas na sede da INOVA-EM, no gabinete que possui para o efeito.

CLÁUSULA 10.ª**Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 11.ª**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, isento de IVA nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças)

CLÁUSULA 12.ª**Revisão de preços**

Durante a execução do contrato não haverá lugar a revisão de preços.

CLÁUSULA 13.ª**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), devem ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 299º, do CCP, após a receção por aquela entidade das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou atuar de acordo com normas contabilísticas legalmente aceites.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária

CLÁUSULA 14.ª**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das datas e prazos emergentes da execução das atividades objeto do contrato, ou o não cumprimento das obrigações principais do prestador de serviços, a INOVA-EM pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do preço contratual da prestação, por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor do contrato.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos materiais objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 15.^a**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 16.^a**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos;
 - b) Pela violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos;
 - c) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 17.^a**Resolução por parte do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330 e seguintes do CCP, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à INOVA-EM, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 18.^a**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cederá, nos termos do disposto no artigo n.º 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial da classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

CLÁUSULA 19.^a**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o correio eletrónico, domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 20.^a**Regras ambientais e S.S.T.**

1. Os concorrentes obrigam-se também a cumprir, em termos de S.S.T. e Normas Ambientais, as regras definidas na INOVA, EM, de acordo com os procedimentos existentes na organização, para além daqueles que legalmente estejam obrigados.
2. Faz-se nota que a entidade adjudicante se encontra certificada, ao abrigo das seguintes normas: Sistema de Gestão Ambiental – NP EN ISO 14001 e Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, NP ISO 45001 e Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001.
3. De referir que o médico de trabalho deverá estar disponível, seja presencialmente ou de forma remota para ser auditado no âmbito da certificação da INOVA-EM, ao abrigo da ISO 45001:2015.

CLÁUSULA 21.^a**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos para efeitos do presente procedimento de formação de contrato contam-se de acordo com o art.º 470º, do CCP, consoante a fase em que o procedimento se encontre.

CLÁUSULA 22.^a**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 23.^a**Legislação aplicável**

O contrato é regulado por legislação portuguesa aplicável.

Parte II**Cláusulas Técnicas****CLÁUSULA 24.^a****Condições para a prestação de serviço**

1. A INOVA possui um gabinete médico com o seguinte equipamento: marquesa, balança, escala de medição de altura com graduação em milímetros, escala optométrica simples, secretária, cadeira e lavatório.
2. A adjudicatária obriga-se a assegurar a prestação dos serviços de medicina no trabalho na empresa dentro dos parâmetros e número de horas legalmente estabelecidos, ou seja, 130 horas anuais. Para o efeito deverá considerar-se o número atual de trabalhadores da INOVA-EM, que é de 145, em que 25% realiza pontualmente atividades de risco.
3. A INOVA-EM pretende que sejam prestadas 8 a 12 horas de medicina no trabalho por mês.
4. Dentro do número de horas referido supra, o médico do trabalho deverá prestar os serviços que lhe incumbem para além das consultas, segundo o disposto no Código do Trabalho e legislação conexas, nomeadamente, formação profissional em áreas atinentes com a saúde no trabalho (ex: agentes biológicos, ergonomia, primeiros socorros), visitas aos postos de trabalho, testes de alcoolemia e desenvolvimento de ações de rastreio (ex: avaliação de níveis de colesterol e glicémia; aferição os valores tensionais; controlo de peso e altura para cálculo de índice de massa corporal).
5. A adjudicatária obriga-se a promover os exames médicos (Admissão, Periódicos e Ocasionais) previstos na lei, e dentro dos prazos legalmente exigidos, assim como a preencher as fichas clínicas individuais obrigatórias.
6. Os exames, a realizar anualmente a todos os colaboradores (dos quais 25% realiza pontualmente atividades de risco) e independentemente da idade dos mesmos devem observar-se os seguintes exames, que são constituídos, no mínimo por:
 - a) Exame clínico;
 - b) Eletrocardiograma;
 - c) Exame oftalmológico;
 - d) Audiograma vocal;
 - e) Sedimento urinário (análise de urina tipo II);
 - f) Espirometria;
 - g) Teste de força de preensão manual;
 - h) Observação de calendário vacinal;

7. Para além dos exames acima referidos pretende-se também que seja observado o seguinte:

8. As análises clínicas, a realizar no 1.º e 3.º ano de contrato a todos os colaboradores, e no 2.º ano apenas aos colaboradores com idade igual ou superior a 50 anos (nesta data são 70). Estas análises clínicas são extensíveis a novos colaboradores que se estimam numa média anual de 7. As análises clínicas são constituídas, no mínimo por:

- a) Hemograma;
- b) Velocidade de sedimentação;
- c) Glicemia em jejum;
- d) Colesterol Total;
- e) Sumária Urina II;
- f) Creatina;
- g) Triglicérides;
- h) Gama GT.

9. Deve também ser indicado o médico do trabalho e enviada cópia da cédula profissional com habilitação para o exercício de medicina no trabalho.
10. Em geral, a empresa adjudicatária, deve cumprir dentro das obrigações legais do Código do Trabalho e legislação complementar.
11. O CAE principal da INOVA é o 36001, tendo também trabalhos correspondentes ao 36002, e na área do saneamento 37001 e 37002. Na área de consultadoria tem o CAE 70220.

Cantanhede, 06 de janeiro de 2021

Assinado por: **CARLOS JORGE DUARTE MIRANDA**
Num. de Identificação: 09920189
Data: 2022.01.06 17:47:12+00'00'



(CARLOS JORGE DUARTE MIRANDA)